RECURSO ADMINISTRATIVO

**AO AGENTE DE CONTRATAÇÃO - COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER DE CANAÃ DOS
CARAJÁS – PA
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 016/2025 – MENOR PREÇO**

**RECORRENTE: MODO SERVIÇO DE ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 22.536.678/0001-26**

**RECORRIDO: FABRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRÉ-MOLDADOS LTDA /
CONSTRU-SUL MÁQUINAS E LOCAÇÕES LTDA
CNPJ: 07.117.532/0001-52**

I – TEMPESTIVIDADE

O presente recurso é tempestivo, pois a sessão de habilitação foi realizada em data que permite a interposição até as 18h do dia 02 de junho de 2025, conforme previsão editalícia e o princípio da contagem de prazos em dias úteis, nos termos do art. 55 da Lei nº 14.133/2021.

II – BREVE SÍNTESE

Trata-se de recurso administrativo contra a habilitação da empresa FABRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRÉ-MOLDADOS LTDA / CONSTRU-SUL MÁQUINAS E LOCAÇÕES LTDA, no âmbito da Concorrência Pública nº 016/2025, tendo em vista a apresentação de documento inidôneo e ausência de requisitos técnicos exigidos no edital, violando dispositivos legais e comprometendo a lisura do certame.

III – DA INIDONEIDADE DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A empresa recorrida apresentou atestado de capacidade técnica emitido pela empresa **AGRISUL MÁQUINAS AGRÍCOLAS E IRRIGAÇÃO EIRELI, CNPJ**

23.712.066/0001-00, sem qualquer registro em entidade profissional competente (CREA ou CFT), e sem assinatura com certificação digital ou autenticação cartorial, bem como a data de prestação do serviço, não se encontra detalhado no atestado de capacidade técnica contrariando expressamente o item 12.7, alínea “c” do Edital, que estabelece:

“A comprovação de aptidão técnica deve ser realizada mediante apresentação de, no mínimo, um atestado de desempenho anterior, devidamente registrado na entidade profissional competente (CREA ou CFT), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com todas as informações necessárias à identificação, comprovação e qualificação da experiência apresentada.”

Ora, trata-se de requisito objetivo e eliminatório, cuja não observância impede a aferição da veracidade e validade do documento. A mera impressão, assinatura e digitalização não conferem fé pública, tampouco garantem a autenticidade necessária à comprovação técnica exigida.

Neste sentido, os Tribunais de Contas já se posicionaram de forma reiterada:

“É irregular a aceitação de atestado técnico sem o devido registro em entidade profissional competente, conforme previsto em edital e no art. 67, inc. I, da Lei nº 14.133/2021.”
(Acórdão TCU nº 1999/2021 – Plenário)

IV – AUSÊNCIA DE CNAE COMPATÍVEL COM O OBJETO LICITADO

Verifica-se também que a empresa recorrida não possui CNAE compatível com os serviços de engenharia elétrica exigidos no objeto da licitação, o que contraria os itens 4.1 e 4.2, alínea “d”, inciso I do edital, e fere o disposto no:

Art. 67, inciso I, da Lei nº 14.133/2021:
“A documentação relativa à habilitação jurídica e à qualificação técnica limitar-se-á ao necessário para comprovar a capacidade de o licitante realizar o objeto da licitação.”

A falta de CNAE compatível impossibilita a correta execução do objeto contratado e compromete a legalidade e isonomia da disputa, bem como invalida o atestado apresentado, pois não possui pertinência entre o ramo de atuação e o objeto licitado, o que a empresa foi demonstrado pela licitante provisoriamente habilitada.

V – INDÍCIOS DE FRAUDE E VÍNCULO FAMILIAR NO ATESTADO

Há fortes indícios de irregularidade e favorecimento na emissão do atestado, pois o mesmo foi fornecido por empresa de grupo familiar, **emitido por empresa de Jandir Fabro, irmão de Valdecir Fabro (pai do sócio administrador da recorrida).**

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	23.712.066/0001-00
NOME EMPRESARIAL:	AGRISUL MAQUINAS AGRICOLAS E IRRIGACAO LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$600.000,00 (Seiscentos mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	JANDIR FABRO
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 02/06/2025 às 12:38 (data e hora de Brasília).

Tal situação pode configurar inclusive fraude à licitação, nos termos do art. 337-F do Código Penal, e justifica, no mínimo, a abertura de diligência para esclarecimentos:

Art. 64, §1º, da Lei nº 14.133/2021:

“A Administração poderá, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.”

Assim, requer-se que a Comissão determine a realização de diligência junto à **AGRISUL MÁQUINAS AGRÍCOLAS E IRRIGAÇÃO EIRELI**, a fim de solicitar:

- **Contratos firmados com a empresa recorrida;**
- **Notas fiscais emitidas pelos serviços alegadamente prestados;**
- **Provas de execução dos serviços;**
- **Vínculo societário ou familiar entre representantes das empresas.**

VI – DA PROPOSTA INEXEQUIVEL

A licitante provisoriamente habilitada arrematou o processo no valor de R\$ 362.195,64, o qual corresponde a 74,99% do valor orçado pela Administração Pública. A Lei 14.133/2021 contém diversas disposições sobre a verificação da exequibilidade e aceitabilidade da proposta. Neste caso, é imperioso ressaltar o art. 59:

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

I - contiverem vícios insanáveis;

II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

§ 1º A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

§ 2º A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput deste artigo.

§ 3º No caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.

§ 4º No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração. § 5º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia

adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.

VI – PEDIDOS

Diante do exposto, a empresa **MODO SERVIÇO DE ENGENHARIA LTDA** requer:

1. O conhecimento e provimento deste recurso, com a consequente inabilitação da empresa **FABRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRÉ-MOLDADOS LTDA / CONSTRU-SUL MÁQUINAS E LOCAÇÕES LTDA**, por:

- Apresentação de documento técnico sem validade legal.
- Ausência de registro no CREA/CFT;
- Falta de CNAE compatível com o objeto licitado;
- Existência de indícios de fraude e conflito de interesse.

2. Subsidiariamente, caso V. S.^a entenda pela manutenção da habilitação, requer-se a realização de diligência rigorosa junto à empresa emitente do atestado, nos termos do art. 64, §1º, da Lei nº 14.133/2021, para aferição da sua autenticidade e veracidade.

3. Que sejam mantidos os princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade e interesse público, em respeito à integridade da licitação e à competitividade do certame.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Canaã dos Carajás – PA, 02 de junho de 2025.

MODO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA
Rafael Ivo da Silva
Representante legal/Responsável Técnico CPF:
021.345.762-86
CREA/PA 151508600-3